

Benedita da Silva Moema Marilza Ribeiro Lídia Araújo de Carvalho Lia Fukui Jacqueline Pitanguy Maria Amélia Almeida Gonçalves José Augusto Barros Carla Zavalloni Protá Antônia Alves de Amorim Luiz Paulo Caetano Dias Anésia Pacheco Chaves Júlio Lerner Samuel Iavelberg Eunilda Nunes Martins Branca Moreira Alves J. Ribeiro Marã Luzineide Santos Vieira Laços — Trabalho e Produção em Psicologia Dinorá Arcanjo Rapussi Francesli Seno Franceschi Nelly Terra Mary Garcia Castro Eliana Ortiz Mariska Ribeiro Rosiska Darcy de Oliveira Carmen Barroso Cristina Bruschini Lelia Visani Annie Dymetman Selma Ciornai Maria Carneiro da Cunha Efigênia Sampaio Albertina de Oliveira Costa Amélia Fernandez Gonzalez Nilza Iraci Silva Bela Feldman Bianco Ethel Leon Elizabeth Souza Lobo Fúlvia Rosemberg Claudia Decastro Vera Nascimento Maria do Carmo Guida de Castro Elizabeth Meloni Vieira Wanda Nestlehner Ana Figueiredo Eliane Robert Moraes Maria Cristina Mucci Micheline Lagnado Lilita Figueiredo Maria Lucia Mott Teresa Yara Nadia Gotlier Fátima Jordão Grupo Casa da Mulher do RJ Lia Zatz Maria Otilia Bochini Maria Lúcia Amaral Cynthia Sarti Vera Soares Flórisa Verucci Guida Amaral Inês Castilho Anette Goldberg Lucila Scavone Maria Luisa de Melo Carvalho Heleieth Saffioti Terezinha Ricci Lígia Averbuck Walnice Nogueira Galvão Arakcy Martins Rodrigues Grupo Ceres do Rio de Janeiro Alda Marco Antônio Elizabeth Bello de Araujo Zuleika Alembert Neuza Nogueira Maria de Lourdes Rodrigues Marise Egger Moellwald Margareth Arilha Yara Cunha Costa Oliva Brasil Mulher de Salvador Lucila Reis Bronchi Alice Beatriz Eva Alterman Blay Oscarlina Rezende Maria Helena Antunias Núcleo de Estudos de Saúde Comunitária da Universidade Federal de Pernambuco Luisa Horn Lotti Zenith Helena Salvador Teresinha Battiol Janete Zucolotto Avelise Cavaguoli Martha Maria Correa Isabel Silva Costa Fernanda Zucolotto Mônica Zucolotto Alexandra Zucolotto Lucia Onder Liana Maria Corsetti Roxane Comandulli Silvana Liliã Maria Alberti Marcia Eliza Cattanio Marlete Pacini Maria Amélia Luiza Alves Maria Yvador Lucinda Roseli Salvador Rosi N. Salvador Rosmari Almeida Maria Luiza Salvador Yvete da Paqueta Pagu Olga das Neves Lina Zorzi de Silva Sandra Maria de Oliveira Gilda M. de Moraes Maria Margareth Lopes Anna Maria de Andrade Marques Lúcia Masini Rosa Dalva Borsari Maria Encianini Maria da Graça Beço Marfer Miriam Botassi Marlene Rodrigues Miriam Tanus Anelisa Baggio Cida Astar Gláucia Vasques de Miranda Geny Silverstein Regina Maria Barbosa Rede Mulher Center for Latin American Studies Humberto Mesquita Mariana Reimberg Elisa Nishioka Vladyr Nader Helena Moran Lucia Moran José Carlos César Ferreira Associação de Mulheres de Mato Grosso Márcia Silva José Renato Neto Jilja Pascale Ac. Dal Farina Nelson Capaldi G. Andréia Reis da Costa Márcia de Lima Rosa Sérgio Oliveira Carmen Almeida Carlos Serrini Carmen Tetz Antonio Paulo Lima Antonio Carlos Bragador Benedito Mendes Terezinha de Souza Cristina Pacheco Lidia Silvia Isaias da Silva Zil José Ayrton Paula da Costa Marlene Bergamaschi Grupo Feminista de Estudos de Goiânia Aldir Carneiro da Silva João Paulo Mendonça Nicácio Jacinta Fava vanilze Mesquita Roberto Jesus Luciano Pessoa Marcondes José Aragão Cecília Gomes José Igório Macaca Manoel Pláudei Luis Ramires Neto Fernanda de Sá Marsi Mônica de Souza Gouveia Maria de Syllós Rudge Carmen Lúcia Mello Helena Melchitta João Malhada Sérgio Maria Kyr Luiz Carlos da Rocha Danda Prado Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) Maria Helena Martins Rosa Maria Custodio Mônica de Souza Gouveia Marlyse Meyer Ivira Cavassa Marlete Orth Maria Laura Franco Dagmar Zibas Cláudia Davis Maria Cristina de Almeida Marta Kohl de Oliveira Maria Lucia de Rezende Angelisa Maffei Jorge Silvío Duarte Bock Norma Monteiro Regina P. Pinto Mercedes Ariño Durán Vitor Henrique Paro Mônica Maia Bonel Maria Inês Rosa Edíogenes Aragão Maria da Graça Setton Isabel Seco Ana Maria Olivan Yara Boulos Solange Caribé da Rocha Flavia Vasques M. Regina Baptista Pereira Jaderly Ataíde Maia Marina Leão Georges Schwarzstein Vera Scharff Nerá Pupo Regina Cely Angeli Antônio Rubens Pratarotti Tania Callegaro Juan Cufaro Renato Borghi Márcia dos Santos Celia Carbone Aparecida Martins Márcia Ferraz dos Santos Maria da Graça Martins Maria de Fátima Gomes Silvia Cintra Franco Vera Carvalho Assumpção Maria Aparecida de Moura Zulaiê Cobra Ribeiro Márcia de Almeida Schuma Silvia Pimentel Grupo Feminista Vivências de Florianópolis Sônia Malheiros Miguel Clitia Helena Martins Campelo Ester Eloísa Addison Clair Castilhos Coelho Rosália Grecco Renée Issa de Araujo Murilo Carvalho Maristela Kersul Maria Sereza Kersul (reda Areias Coletivo de Mulheres do RJ Maria Jenny Silva Araujo Petia Moherdavi Wilson Moherdavi Miriam Bizzochi Monique Kuperman Maria Luisa Fernandes Elaine Martins Gimenez Denise Gouveia Wellington

MULHERES NÃO PODE PARAR!

MULHERIO

MULHERIO

Do querer para o perer para o poder

"Somos realistas, queremos o impossível". Estou acabando de chegar de uma viagem de dois meses a Roma e pude ver uma ou outra vez, nos muros da cidade, esta frase que foi muito usada pelo movimento feminista no auge de sua luta para sair dos subterrâneos do querer (querer uma vida melhor, querer ser cidadã, querer o aborto legal etc.) para o amanhecer do poder. E é esta frase que me vem à mente quando volto ao Brasil e encontro o Mulherio tateante e incerto quanto a seu futuro. Não sabemos se e como vamos sobreviver. Mas nós somos muito realistas e continuamos querendo o impossível. Continuamos querendo editar o Mulherio.

Nós, da equipe diretamente encarregada do jornal, não estamos sozinhas neste querer. Estamos com a gente nessa as centenas de pessoas que nos escreveram, de todos os cantos do País, dizendo que o jornal não deve morrer, e cujos nomes em parte estão publicados na primeira página deste número.

Vale a pena dar uma olhada nesses nomes para ver a diversidade de público que o jornal vem atingindo nestes dois anos e meio de vida.

Estão lá grupos de mulheres de vários Estados brasileiros, nos mandando uma mensagem que um grupo de Santa Maria (RS) resume enfaticamente: "Mulherio não pode e não deve parar". Todos eles exprimindo sentimentos que Jacqueline Pitanguy, do grupo CERES, do Rio de Janeiro, traduz num bilhete: "Gostaria de transmitir minha alegria por ter podido ler Mulherio nestes anos e minha apreensão pela crise financeira por que passa o jornal. Espero que eu não precise me despedir de vocês, de todas nós, que nos comunicamos através de Mulherio, jornal bonito, sério, nosso espaço de informação, denúncia, visibilidade, esperança".

Estão lá mulheres que não pertencem a grupos feministas, como Carla Zavalloni Prata, de São Paulo, que numa carta muito simpática nos diz que leu "com muita tristeza e até com certo pânico a possibilidade de fechamento do jornal".

Estão lá muitos homens, como José Augusto Barros, do Núcleo de Estudos de Saúde Comunitária da Universidade Federal de Pernambuco, que fala de sua disposição — "não somente minhas, mas igualmente do grupo de pesquisadores e docentes que comigo trabalham" — de colaborar para que Mulherio sobreviva.

Estão lá centros de estudos e instituições acadêmicas, como o Centro de Estudos Rurais e Urbanos, de São Paulo, que utilizam Mulherio como fontes de dados para suas pesquisas.

Estão lá variados grupos profissionais, como os 94 enfermeiros e estudantes de enfermagem que assinaram um manifesto em favor do jornal durante um encontro em Salvador.

Estão lá muitas pessoas que moram no exterior, como Mary Garcia Castro, do Center for Latin American Studies, da Flórida, para quem o jornal "tem sido um dos principais cordões umbilicais com o Brasil". E muitos, muitos outros.

Todas essas manifestações de solidariedade nos ajudam muito a acreditar que, sim, Mulherio sobreviverá. Por enquanto, esta é uma crença, é sobretudo uma esperança.

Por que não uma certeza? Porque, principalmente nestes tempos de crise absoluta, é impossível que uma publicação sobreviva apenas de seus editores, ou seja, da venda de exemplares avulsos e das assinaturas. Nós enviamos o projeto do jornal a várias instituições que financiam programas relacionados à mulher, e esperamos, acreditamos, que alguma delas nos responda positivamente, principalmente agora, que juntamos aos projetos todas as cartas de apoio recebidas (por falar nisso, novas cartas são sempre bem-vindas).

Com um financiamento mínimo de uma instituição, teremos o pontapé inicial para a montagem de um jornal independente, que pretende ser competitivo no mercado editorial, um jornal que tenha anúncios publicitários e que possa fazer uma divulgação bem-feita de maneira a atingir o potencial de público que acreditamos possuir, e que, nestes dois anos e meio, foi atingido apenas em pequena parte.

Um jornal que continuará sendo autônomo em relação às tendências do movimento de mulheres e os partidos políticos, e que quer ampliar ainda mais a gama de assuntos tratados, deixar as idéias aflorarem principalmente quando elas aumentam a polémica e a reflexão em torno de nós mulheres, de nosso estar no mundo, de nossa relação com os homens...

Como ainda não temos segurança absoluta de financiamento por alguma instituição e como agora se encerra a ajuda que recebemos da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford, não sabemos se e quando o próximo número estará nas ruas. Nós manteremos os assinantes informados por carta e até o final de setembro a equipe do jornal continuará no endereço atual — av. prof. Francisco Morato 1565, CEP 05513, São Paulo, fone (011) 211-4511. A partir de 1.º de outubro, estaremos atendendo na rua Wisard 88, Vila Madalena, CEP 05432, São Paulo, fone (011) 815-8472.

Neste meio tempo, entre a saída da equipe do endereço atual e a esperada impressão do próximo número, teremos muitas despesas. Para cobri-las, estamos vendendo a coleção dos números já publicados (sem os nº esgotados, de 0 a 5), por um preço mínimo de Cr\$ 3.000,00. Algumas pessoas continuam fazendo assinaturas, que agora valem Cr\$ 2.400,00 para o território nacional e 8 dólares para o exte-

rior. Tão logo tenhamos certeza da continuidade do jornal, lançaremos uma ampla campanha de assinaturas, para a qual precisamos da ajuda de todos.

Os cheques devem vir em nome do Centro de Estudos Mulherio, uma associação que estamos criando com a ajuda da advogada Florisa Verucci, e que dará forma legal à nossa existência.

Ainda na campanha de arrecadação de fundos para o jornal, estamos vendendo fotos de Samuel Iavelberg, repórter fotográfico da revista Isto É. Logo que soube da crise por que passa Mulherio, Samuel nos ofereceu toda a sua exposição "Retrato de Mulher", montada em janeiro do ano passado no Spazio Pirandello e que desde então tem feito uma bem-sucedida trajetória por várias cidades e locais. São 30 fotografias tiradas na Alemanha, Portugal, Espanha, França, Guiné-Bissau e Brasil, mostrando que as viagens de Samuel para coberturas jornalísticas desembocavam num ponto comum. "Em todo lugar, sempre encontrei a mesma opressão sobre as mulheres e o mesmo papel secundário desempenhado por elas", diz ele. As fotos estão agora expostas — e à venda — na Livraria Pagu, no Teatro Ruth Escobar (rua dos Ingleses, 209, São Paulo).

Bom, até a próxima, ou até o próximo número. Que inclusive já tem uma pauta de dar água na boca. Eu, particularmente, quero contar nele a experiência que vivi na Itália, participando de um programa de intercâmbio cultural de mulheres organizado pelo ISIS, Boletim Internacional de Mulheres, por meio do qual 12 mulheres saíram de seus países para aprender alguma coisa em outros, em seu campo de atuação.

Eu aprendi muito, sobretudo na convivência de dois meses com o ISIS, um coletivo de mulheres de várias nacionalidades que edita um boletim em inglês e em espanhol para grupos organizados de mulheres no mundo todo, tem o riquíssimo centro de documentação e coordena uma rede feminista internacional. Pode também acompanhar de perto a experiência da Noi Donne (Nós Mulheres), revista feminista italiana, mensal, que vende simplesmente 100 mil exemplares por mês!

Assim, agora a beleza do verão romano com muros que pregam a utopia ("somos realistas, queremos o impossível"), pude voltar com este alento de constatar a possibilidade do impossível quando se quer, no Mulherio, ISIS ou Noi Donne, romper os estereótipos da imagem da mulher nos meios de comunicação, tirar-nos da invisibilidade e criar espelhos que nos reflitam por inteiras.

Assim, agora a beleza do verão romano com muros que pregam a utopia ("somos realistas, queremos o impossível"), pude voltar com este alento de constatar a possibilidade do impossível quando se quer, no Mulherio, ISIS ou Noi Donne, romper os estereótipos da imagem da mulher nos meios de comunicação, tirar-nos da invisibilidade e criar espelhos que nos reflitam por inteiras.

Adélia Borges

"Uma coisa é a política antinatalista do governo, pressionado pelo FMI; a postura natalista da Igreja e dos setores de esquerda. Outra é o programa de planejamento familiar do Ministério da Saúde, tal como está sendo montado e distribuído por aí. Outra discussão é a oferta da contracepção, hoje. E uma outra, ainda, é a gente no meio de tudo isso."

(Sônia do SOS Corpo, de Recife, no Encontro de Brasília)

O assunto está aí. Apesar de em seu 1º Congresso as mulheres paulistas já terem chegado à resolução de denunciar amplamente o aborto clandestino e a década de 80 ter sido aberta com a ação direta das feministas cariocas no caso das duas moças flagradas numa clínica de aborto em Jacarepaguá, o fato é que ainda hoje, às vésperas do 22 de Setembro — Dia Nacional de Luta pela Legalização do Aborto, aprovado por 300 representantes de 57 grupos feministas de todo o País no Encontro sobre Saúde, Sexualidade, Contracepção e Aborto realizado em março, no Rio de Janeiro — o assunto permanece polêmico e obscuro.

Muitos temores correram (e correm) por baixo do pano dessas discussões. Num País onde os direitos elementares de saúde estão longe de serem cumpridos, será certo destacar o aborto enquanto questão social? Como enfrentar a poderosa influência da Igreja? E o grande número de mulheres católicas organizadas nas comunidades de base, como reagirão?

Estas são algumas das perguntas que tantas vezes nos fizemos e nos fizemos, mas que ainda não sabemos responder. Sabemos que nós, mulheres brasileiras em idade fértil, temos abortado muito e dolorosamente. Sabemos que para nós a possibilidade de abortar é talvez mais presente que a de dar à luz. Que a contracepção é um problema nunca inteiramente resolvido, uma preocupação cotidiana. E que vivemos (e morremos) num País onde a mortalidade infantil alcança, no Ceará, o incrível percentual de 50%. Onde a cada duas vidas que geramos, uma é abortada. Aborto provocado? Por quem?

Como abortamos

Garrafada de feira (mistura de pinga ou vinho com ervas mais ou menos tóxicas); Pílula Contra (feita de uma árvore da Amazônia, muito usada no Maranhão); chá de alfazema, patchouli, quina-quina, fedegoso; gotas (mistura de formol, iodo e albocresil); sonda, talo de couve, fio de luz, pedaço de arame. (Hemorragia). As privilegiadas (privilegiadas?) fazem curetagem, com médicos mais ou menos sórdidos.

Estes são alguns dos métodos usados pelas mulheres brasileiras para praticar esse

ABORTO

inominável que é o aborto e que a maioria prefere chamar "descer" ou "arriar filho". Drogas e objetos estranhos que nos enfiam ou deixamos enfiar pela boca e vagina, no desespero de arrancar alguma coisa que à revelia nos cresce no ventre.

O preço é muito alto, sempre. De perfuração no útero à própria vida, pagamos ainda em dinheiro (empréstado), quantias que vão, hoje, de 30 a 200 mil cruzeiros (amanhã será muito mais) para sustentar um comércio criminoso e por isso mesmo tão bem remunerado. Fora as sequelas, impunidade que pode custar nossa própria capacidade de gerar, como demonstra Hildete Pereira de Melo, economista, em sua pesquisa nos hospitais de INPS do Rio (Mulherio n. 7, Julho Agosto de 1982).

É primavera

É por estas razões que o 22 de Setembro não será certamente um dia marcado por manifestações públicas de massa, como seu nome poderia sugerir, e isso ficou claro nos depoimentos que recebemos de feministas de vários Estados — pessoalmente, por carta ou telefone.

Mas o início da primavera marcará, este ano no Brasil, um amplo debate sobre o aborto. A palavra maldita poderá ser ouvida ao mesmo tempo num programa de rádio dirigido às donas-de-casa de Olinda, em Pernambuco, e em debates públicos, dentro e fora das Universidades, em Florianópolis, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Luis do Maranhão e São Paulo. E ainda subindo a rampa do Planalto, em Brasília, na forma de um anteprojeto elaborado pelas feministas cariocas e que deverá somar-se ao da deputada Cristina Tavares (PMDB/PE), já existente.

Embora tenham sido unânimes em aproveitar o dia para discutir o assunto política-

mente, os grupos feministas com que tivemos contato de modo geral concordam que uma campanha pela legalização do aborto hoje, no Brasil, encontrará sérios obstáculos nas bases que trabalham. Exceção feita às cariocas, que têm atuação direta em casos como o de Cícera (Mulherio n. 2, julho/agosto de 1981) ou das moças de Jacarepaguá, sem se ligarem diretamente ao movimento popular. Elas colocam sua contribuição no âmbito da agitação pela imprensa, assumindo o papel de amplificadores de um grito ainda sufocado.

"Dia 22 pretendemos fazer um grande debate", conta Clair Castilho Coelho, vereadora do grupo feminista Vivências, de Florianópolis. "Não dá para fazer passeata ou ato público, o que dá é para jogar o tema em discussão."

Embora o aborto infectado seja a segunda causa de mortalidade materna em Florianópolis, "a população não consegue encerrar o assunto francamente", diz Clair. "As poucas pessoas que acham que deve ser descriminalizado pensam assim por razões médicas e não do ponto de vista da mulher decidir sobre o próprio corpo. Por isso penso que o debate deverá trazer alguém da Igreja, do feminismo e da saúde pública, para que se possa analisar os vários lados da questão."

Falando de longe do movimento organizado, considera Sônia Roedel, do Departamento de Psicologia da Universidade da Paraíba:

"Agora, como o pessoal iria reagir... tenho a impressão que muito mal. É que a Igreja lá é uma Igreja dita progressista, mas que nunca vai-se colocar a favor da descriminalização do aborto." Ela conta que as poucas feministas de João Pessoa têm-se defrontado, mais que com o aborto, com brutais assassinatos de mulheres por seus ex-maridos.

De São Paulo, Vera Soares exprime uma opinião quase unânime entre as entrevistadas, particularmente do Maranhão e Pernambuco: a necessidade do aborto ser focalizado no quadro do planejamento familiar e das condições de saúde da mulher. Diz ela:

"É fundamental obter a descriminalização, pois o aborto praticado em clandestinidade impede o controle das condições em que é realizado. Não há como conter os abusos contra as mulheres. Mas veja, não há como pensar em aborto livre se as condições de saúde são o que são. A luta pelo aborto é inseparável da luta pela saúde da mulher."

Maria Celina Borges, de Belo Horizonte, contribui com a experiência de base do grupo Sempre Viva:

"A realidade que temos encontrado é de uma grande influência da Igreja sobre as mulheres, chegando ao ponto de um padre interferir diretamente nas reuniões de grupo, polemizando muito na questão dos anticoncepcionais e do aborto. Num bairro de Contagem havia uma questão muito comum ao movimento popular: as reuniões tinham que ser realizadas em local da Igreja." E continua dizendo que "mais do que a descriminalização do aborto, é preciso que todas tenhamos acesso a ele. O aborto deve ser assumido pelo serviço de saúde do Estado, deve ser gratuito. E é preciso que este serviço melhore, e muito. Pois hoje é de dar medo pensar em fazer um aborto pelo INPS..."

Restam ainda muitas questões a se pensar. O perigo de nossas reivindicações serem capitalizadas por setores os mais conservadores e controlistas do Governo, e o conflito causado pelo uso de verba de instituições internacionais envolvidas com o controle das populações do 3º mundo. E ainda, e principalmente, o nosso direito de não abortar: informação e acesso aos meios de contracepção para engravidar apenas quando queremos; alimento e alegria para nossos filhos; o prazer de amamentar; creches. O direito à maternidade compartilhada com nossos homens e toda a sociedade.

Inês Castilho



A difícil liberdade com o próprio corpo

ABORTO

CONTINUA

(Colaboraram na realização desta matéria: Fúlvia Rosenberg, Adélia Borges, Ethel Leon, Regina Maria Barbosa, do SOS Corpo do Recife, Lucila Scavone do grupo de mulheres de São Luís, Maria Luiza de Melo Carvalho, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, de Belo Horizonte, Maria Celina Borges, do Grupo Sempre Viva, de BH e Contagem, Comba Marques Porto, do Movimento de Mulheres Profissionais em Direito do Rio de Janeiro, Maria José, do Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro, Clair Castilho Coelho, Sônia Roedel, Leni Silverstein, Danda Prado, Ely Santos, com matéria publicada no JB a 10/08/80, e Miriam Botassi, do Centro Informação Mulher, de São Paulo, com a transcrição do Encontro de Brasília.)

HISTÓRICO

Histórico nada sistemático da campanha pela legalização do aborto no Rio de Janeiro:

Começa em fins de 1979, devido à prisão de mulheres por praticarem aborto. É a primeira vez que grupos feministas se reúnem para discutir a questão, no Rio. Forma-se uma Comissão de Contracepção e Aborto.

Começam as manifestações públicas, até com repressão policial.

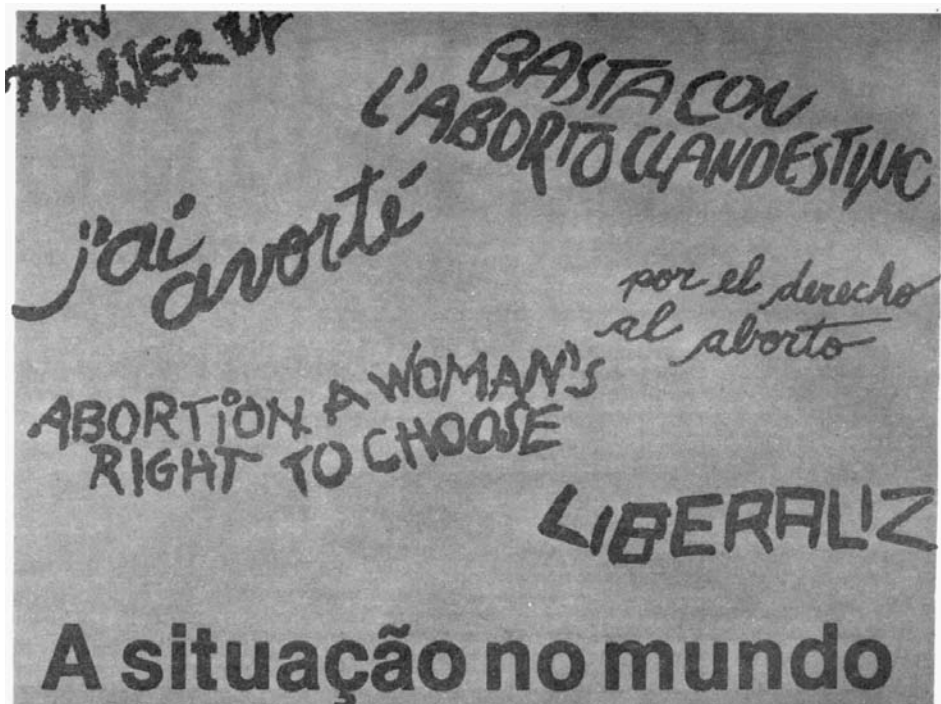
Durante o ano de 1980, há um debate na Associação Brasileira de Imprensa e vários debates nas universidades.

Com a presença do papa no Brasil, há um refluxo desta questão e nem a Imprensa a divulga. Houve uma desmobilização das próprias feministas.

Em 1982, com a campanha eleitoral, a questão é retomada, devido também ao caso de Edna, de Belo Horizonte, grávida por estupro. A Imprensa dá ampla cobertura a seu pedido, pois o estupro é um dos casos previstos na legislação atual. Forma-se uma corrente no eixo RJ-SP-MG sobre o direito de Edna interromper a gravidez.

Num debate na OAB, a maior parte dos membros se posicionaram a favor da descriminalização do aborto. A advogada feminista Romi Medeiros leva a tese **Justiça Social e Aborto** na reunião nacional da OAB em Florianópolis, que será votada na próxima reunião, em 1984, no Recife.

Em 1983, as feministas cariocas fazem panfletagem em feiras e realizam um filme, sob a direção de Eunice Gutman — **Vida de Mãe** é assim mesmo? — como instrumento de campanha.



A situação no mundo

Quase 2/3 da população mundial vive em países onde o aborto é legalizado

O aborto tem apresentado uma das mais rápidas evoluções jurídicas de que se tem notícia: em 1971, 38% da população mundial vivia em países em que o aborto provocado era permitido; em 1981, essa proporção tinha aumentado para 61% (quase 2/3). Podem ser citadas muitas causas para essa evolução: novos costumes sexuais, mudanças nos modelos familiares e atitudes relativas à procriação, pressão dos movimentos de mulheres ou problemas demográficos.

Mas essa evolução ainda está longe de ser uniforme, existindo uma graduação que vai das legislações mais liberais às mais restritivas. As leis variam quanto à pessoa a quem cabe a decisão final: na maioria das vezes é o médico (ou médicos), mas em outras é a própria mulher ou uma comissão interprofissional. Também há diferenças sensíveis sobre quem paga a operação e em muitos países o aborto foi legalizado mas, excluindo da prática social, continua acessível apenas às que podem pagar, um privilégio de classe que já existe em relação ao aborto clandestino.

Não é possível saber com exatidão se a quantidade de abortos aumenta ou diminui com a legalização, já que não existem dados exatos sobre o aborto clandestino, mas, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), com a legalização diminuem as mortes e complicações por aborto. Levantamento do Fundo da ONU para Assuntos de População indica que em 1980 foram realizados de 30 a 55 milhões de abortos em todo o mundo, o que dá uma média de 4,5 interrupções para cada dez nascimentos. Desse total, considerado conservador, estima-se que a metade é de abortos clandestinos.

Em 1981, o aborto legal existia em 27 países, entre os quais EUA, URSS, Itália, Japão, Dinamarca e China, totalizando 61% da população mundial; o aborto condicional era legalizado em 36 países, entre os quais Chile, Grécia, África do Sul e Brasil (que só o admite em duas condições: perigo de vida para a mulher e estupro), em 30 países como a Espanha, Venezuela e Iraque, ele só era permitido em caso de perigo de vida para a mulher,

e em 15 países, como Irlanda, Colômbia, Egito e Espanha, ele era proibido em qualquer circunstância.

Entre os primeiros países a apresentar leis liberais sobre o aborto estão a URSS (em 1920) e os países escandinavos (Suécia, Dinamarca, Islândia) na década de 30. Na URSS, a legislação liberal foi suspensa em 1936, por motivações de política demográfica, e retornou em 1955.

Nos demais países do Ocidente, as leis mais liberais datam de fins da década de 60 (como a lei inglesa de 1967, que foi ligeiramente restringida em 1976, por iniciativa do governo de Margaret Thatcher) e na década de 70. Foi justamente nesta década que o aborto se transformou numa questão política, polarizando as opiniões, com partidos conservadores ou democrata-cristãos colocando-se contra nos Parlamentos; e partidos socialistas, social-democratas e comunistas, a favor.

Nos Estados Unidos, a batalha parlamentar não chegou a existir, porque o aborto foi legalizado (depois que vários Estados decidiram neste sentido) por decisão da Suprema Corte em janeiro de 1973, mas ainda prossegue a batalha ideológica entre grupos a favor e contra o aborto legal.

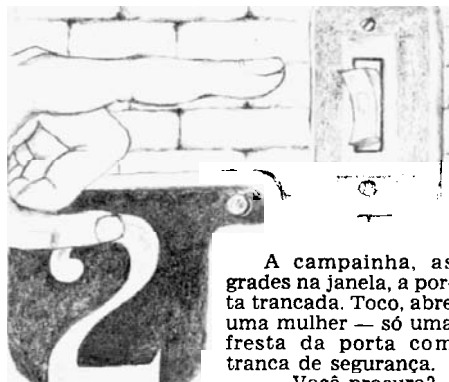
Na Europa Ocidental, vários países adotaram legislações mais liberais nos anos 70 e, atualmente, consideram o aborto um crime em qualquer circunstância apenas Portugal (onde um projeto apoiado por socialistas e comunistas foi derrotado no Parlamento em dezembro de 82), Espanha (onde um projeto limitado de iniciativa do governo está em andamento), Irlanda, Bélgica e Malta. As batalhas mais duras ocorreram na França, onde a lei Veil (considerada insatisfatória sob vários aspectos) foi aprovada em 1974 e confirmada em 1979; e na Itália, onde a lei aprovada em 1978 foi confirmada em referendo de 1979, apesar da forte oposição da Igreja.

Na América Latina, só Cuba e Uruguai admitem o aborto por causas sociais, e atualmente há projetos de descriminalização no México, Venezuela e Brasil.

Maria Carneiro da Cunha

Entre a Vida e a Morte

Aqui, o depoimento corajoso de uma mulher que, como tantas, se submeteu ao aborto não sabe quantas vezes e foi buscar no coração duras memórias. As regras do jogo, a imagem do homem (prazer, entrega). O doutor (polícia, repressão). A vida: de quem?



A campainha, as grades na janela, a porta trancada. Toco, abro uma mulher — só uma fresta da porta com tranca de segurança. — Você procura? — O dr. Fulano.

— Entre.

Na sala, um monte de espera. Entre 15 e 20 mulheres. A maioria sozinha. Uma ou outra com alguma amiga, um casal. Todo mundo fala baixo, ou não fala. Como se não pudessem ser ouvidas.

Olho uma, depois outra, só não quero é me olhar. Não por enquanto.

Lá em baixo, o doutor sai de uma sala e vai para outra, atendendo umas quatro mulheres ao mesmo tempo. Linha de produção. Mas é o que tem.

A mesa. A maldita mesa. É deitar, arreganhar as pernas, que logo são amarradas. Agora as mãos, como se estivesse numa cruz. Só que os crucificados parecem mais pudicos — cruzam as pernas ou deixam-nas pender... Agora, contar até dez... Meu Deus, é isso mesmo? Não pensar, contar: um, dois, três, quatro... cinco...

Uma luz no alto, grande, quente e fria ao mesmo tempo. Irradia paz. Sacerdotisas de branco se movem leves e sorridentes. Agora nós, entre mulheres, penetraremos os mistérios da Natureza. Eu quase dizia "mãe natureza", mas esta é a palavra proibida. Um facho de luz morna e branca me penetra. Ouço um zumbido e um cântico ... depois, nada.



Eu não sei por onde começar. Se foram seis ou sete vezes, eu já nem sei. E nem quero saber. Fique fria. Afinal, você deu porque quis. Você quis? Por que deu? E se deu, por que

doeu? Dado, não é roubado. E aí, por que o castigo? Não sei. Ou sei... Sei lá...

Só sei que eu fico melosa, às vezes derreto. O que é isso, companheira, não foi este o trato. O fato, o jogo. Que jogo? As regras, de quem?

Sim, porque as minhas desregraram. Dançaram. Ou dancei eu, talvez. Mais uma vez. A última vez. Nunca mais, até a próxima.

Sim, senhor. Não senhor. Estou bem, obrigada. Quer dizer, estou um pouco enjoada, foi alguma coisa que comi. E, sim, vai ver que é ressaca, eu ontem bebi. Já-já passa... mas não passa.

Vai, e vem. A imagem dele vai-e-vem. Quando terá sido? Naquela noite? Foi tão carinhoso, tão gostoso, nem parecia a última vez. Parecia a primeira. A primeira vez em que chegamos e nos entregamos. Bah, vai ver foi a penúltima, aquela vez terrível em que eu fiquei tão fria, tão morta. Eu já pressentia a sua nova paixão.

Mas eu saio de cabeça erguida. Não peço nada. Não digo nada. Daqui a muitos anos, quando a gente se encontrar pela rua, por acaso, eu belíssima, magérrima, elegante, ele um tanto sofrido e ávido, eu contarei. Por que sumi? Porque engravidei. De você. Mas eu não quis te incomodar. Eu não quis que você sequer pudesse imaginar que eu quisesse jogar com essa gravidez para te reaver. E ele então vai perceber que puta mulher ele perdeu.

E seu eu tiver este filho?... 1989. Cruzamos na rua, ele, e eu com a criança na mão. Ele olha para o rosto do menino... a sua cara... Não preciso dizer nada, ele já entendeu... Meu Deus, outro enjôo! Preciso por um paradeiro nisso. Onde arranjo tanto dinheiro?

Ilustração de Lilite Figuerado

De repente, devagar, dou por mim, eu deitada, minha irmã sentada ao lado, pálida.

— Você estava tão branca, pensei que ia morrer...

Sorrio fraco. As cores da sala estão alteradas, luminosas. Surge o médico.

— Como é, fez boa viagem?

Dizem que ele não usa anestesia, testa outras drogas. Eu já tinha ouvido falar. Dizem também que trabalha na polícia, assinava laudos de autópsia nos piores tempos da repressão. Soube disso há poucos dias, mas tive de voltar, porque o aborto da semana passada não parou de sangrar. Alguém tinha de consertar, por que não quem provocou o estrago?

Volto para casa, viajando cores, aos relances. Meu corpo, cansado, quer silêncio e descanso. Alívio, cansaço. Acabou.



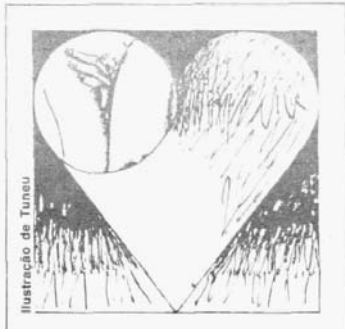
Se fosse lícito, se fosse decente, se não fosse clandestino... Se fosse um médico, se não fosse uma droga estranha, se eu tivesse sabido evitar... Se não tivesse o clima pesado cercando a decisão difícil, meu corpo certamente teria vivido o conflito mudo.

Mas pelo menos não veria acrescentado a tudo isso o clima soturno de tango argentino, o ar furtivo de ambiente maldito, clandestino, fora da lei... E quem não tem sequer um médico de terceira categoria a quem recorrer? E as que são castigadas pela frieza dos residentes que resolvem praticar a curetagem a frio? E quem fica remoendo a culpa diante das exortações da Igreja e da impassividade dos companheiros de memória curta?

A angústia da decisão — ou a falta de saída — já dói o bastante. A violência afligida ao corpo, a interrupção de um processo que mobiliza mil células, mil tecidos, mil hormônios, mil calores, mil aconchegos também, já é o bastante. Que, além disso, não nos alienem do nosso próprio corpo. O corpo é meu. A vida, palpante, presente, viva real e concreta, nesse momento, sou eu. Quem sabe de mim, sou eu.

Aquele abraço.

Leitura



Amor, a nova paixão acadêmica

O que é Amor, de Betty Milan. Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos. São Paulo, 1983, 75 páginas.

Lançado recentemente, **O que é Amor** teria sido há alguns anos um título extravagante. Hoje, porém, o amor parece ter saído dos livros de poesia para se espalhar pelos ensaios acadêmicos. Barthes, Alberoni, a dupla Bruckner e Finkelkraut são alguns dos nomes que lançaram essa nova onda, ressuscitando escritos de Stendhal, Goethe, Ovídio e tantos outros.

Esse "retorno ao amor" deu-se por um longo e sinuoso caminho. Passou, por exemplo, pelo movimento hippie dos anos 60, que pregava aos quatro cantos: *make love, not war*. Mas de paz e amor parece ter sobrado só o último, pois, enquanto a paz era (des) articulada no domínio público, o amor podia ser vivido a nível privado.

Mas as coisas não eram tão simples: a revolução sexual estava em curso. Questionava-se a família, o casamento, a virgindade, a monogamia. E, claro, o amor: "babaquice" dos filmes americanos da década de 50...

É nesse quadro que o feminismo desabrocha, e se posiciona "contra" o amor (ao identificá-lo como uma "cultura do romance", esta sim bastante misógina), deixando-o de lado em nome do prazer, do desempenho sexual, do orgasmo perfeito e, principalmente, da **intercambialidade** (nesta época sinônimo de liberdade...).

Em 1977, Barthes diz que "o discurso amoroso é hoje em dia de

uma extrema solidão". Mas ele não estava sozinho: outros intelectuais vislumbravam essa nova luz, sobretudo aqueles de uma geração que se frustrara na militância política, sentindo a necessidade fundamental de voltar a seu ponto de partida. E o que é o amor senão um retorno? Retorno às origens, retorno a si, retorno à infância perdida, retorno à Mãe, à plenitude. Ao buscar o amor e privilegiá-lo como tema, esta geração faz as pazes com a subjetividade, e proliferam os escritos sobre o amor...

Esta nova moda chega ao Brasil com **O que é Amor**, que tenta resumir as idéias dos autores que trataram do tema. No entanto, estranha-me que a autora tenha optado por escrevê-lo em fragmentos. Pois à simplificação do conteúdo talvez devesse corresponder uma transparência da linguagem, mais própria aos objetivos da coleção.

De toda forma, vale a pena ser lido, sobretudo por aqueles que ainda não se iniciaram no discurso (narrativo) amoroso. Um alerta: no capítulo que dedica ao "amor brasileiro", ela nos define a partir do carnaval e, como se fosse uma turista americana em férias no Rio, afirma que nossa única paixão é a do gozo. Para tanto faz uma montagem, bastante discutível e superficial, de textos de Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues e alguns poucos compositores, deixando à margem toda a nossa literatura romântica, sem falar em toda a MPB que canta o amor. De costas para estes ela afirma: "O culto da vingança é brasileiro, o do amor não." E desta acusação a autora só poupa a si mesma: na biografia final ela declara ter fracassado em ser brasileira...

Definitivamente o amor está na moda. Talvez por isso mesmo não custe lembrar: em matéria de amor, nada como o próprio...

Eliane Robert Moraes



O bom cabrito não berra?

Com licença eu vou à luta (é ilegal ser menor) — de Eliane Maciel, Rio de Janeiro, Codecri, 1983, 272 páginas.

Se sua amiga tem, peça emprestado; se a biblioteca de sua escola ou cidade adquiriu, faça logo a requisição. Agora, se você tiver grana, corra na primeira livraria que encontrar, compre e leia **Com licença eu vou à luta**, de Eliane Maciel. Principalmente se você estiver com mais de 30 anos e já for iniciado nos prazeres e desprazeres da maternidade e/ou paternidade.

Escrito ainda sob o impacto dos acontecimentos — não decorreram nem três anos entre o dia em que Nane, em 1981, então com 16 anos, fugiu de casa e a publicação do livro —, por isso quente e palpante, a autora-personagem relata sua vida de menina e de adolescente em uma família de classe média da Baixada Fluminense: o pai militar, a mãe dona-de-casa e vestibulanda de psicologia; Nane, a filha, estudante em um colégio religioso e pago.

Personagens perfeitos para uma novela das oito, não tivesse incluída na trajetória da menina-moça alcoolismo aos 11 anos; abuso sexual pelo psiquiatra aos 12 e por desconhecido, por volta dos 15; três abortos naturais e indesejados entre os 15 e 16 anos e a fuga, com êxito, do lar paterno.

Não dá para nós brancos, instruídos, limpos e remediados torcermos o nariz e dizer "isso lá não aconteceria com a gente da nossa família" e usarmos a fama da Baixada Fluminense para justificar a violência com que Nane conviveu.

Porque ela fala de uma violência cotidiana muito nossa conhecida... Pode ser que nem sua mãe ou você como mãe (ou como eu) tenha pensado ou sugerido a visita da filha ao legista para verificar se ela ainda era virgem após esta insistir em um namoro com um rapaz cuja idade era o dobro da dela e ainda desquitado, como aconteceu a Nane. Porém, quantas dentre nós, quando ainda morando com os pais, não conhecemos dramas diários referentes ao horário ("isso são horas de chegar menina!") ou comentários sutis senão abertamente desfavoráveis a algumas pessoas às quais tínhamos grande amizade? Quantas não tivemos escutados nossos telefonemas, restringidas nossas saídas, vigiados nossos passos? Quantas não sofremos abuso sexual praticado por pessoas de confiança da nossa família?

A diferença, justamente, é que enquanto a maioria de nós ficamos caladas, Eliane Maciel põe a boca no trombone: roupa suja se lava fora de casa, sim senhor, sobretudo quando é integridade física, psicológica e moral do indivíduo — não importando sua idade ou sexo — que está em jogo. E tem mais, grita Eliane: não só a família, mas a igreja, a escola, a ciência e a legislação são filhos do mesmo país. Estão a serviço do adulto masculino.

Talvez por isso seja um dos depoimentos mais importantes e corajosos publicados nos últimos tempos, por autor brasileiro. A voz do oprimido — da adolescente do sexo feminino, vale a pena gritar — sem representantes, sem intermediários.

Maria Lúcia Mott

COZINHA

Jornalismo no feminino

O que significa uma "feminização" do processo de comunicação?

Este foi um dos temas discutidos no seminário "A Mulher, a Comunicação e o Desenvolvimento na América Latina", realizado em Roma de 12 a 16 de junho com o patrocínio do Ministério de Relações Exteriores da Itália.



Participaram mulheres com distintas experiências na prática ou na investigação sobre a comunicação, da América Latina e da Itália. Do Brasil, estavam Benedita da Silva, vereadora do PT do Rio; Fanny Tabak, pesquisadora também do Rio; Vanda da Silva Torres, com experiência em televisão e mulher, no Maranhão; Ruth Escobar, deputada do PMDB-SP; e eu própria, pelo *Mulherio*.

Nos debates, as participantes constataram a necessidade de redefinir o jornalismo, combatendo, por exemplo, o mito da "objetividade", basicamente masculino. O que buscamos é um jornalismo no qual a paixão, a opinião e a razão sejam elementos inseparáveis na informação e na análise.

Adélia Borges

Creches em perigo

As creches administradas diretamente pela Prefeitura de São Paulo estão na berlinda! O alto custo de sua manutenção e a crise financeira levaram a Prefeitura a propor o repasse, através de convênios, de 32 creches para entidades particulares.

Essa iniciativa povocou intensa reação de vários setores, desde alguns grupos ligados ao movimento de luta por creches até políticos e técnicos do próprio governo municipal. A reação explica-se pelo temor de ver perdido o avanço que representou a implantação da rede municipal de creches, atualmente com cerca de 150 unidades.

Entretanto, mesmo aqueles que estão empenhados na defesa das creches diretas reconhecem que elas apresentam sérios problemas de funcionamento que oneram em demasia o custo per capita. Assim, para que seja possível sustentar a viabilidade da rede de creches diretas, torna-se urgente rever uma série de aspectos herdados do modelo adotado na administração anterior.

A polarização de posições precisa ser superada, pois no momento ela só tem fornecido munição àqueles que não aceitam que o Estado tem o dever e possui a capacidade de atender decentemente às necessidades das crianças e suas mães.



Nossa tia da Inglaterra

Outro livro de Sheila Rowbotham foi traduzido e editado no Brasil: *A Conscientização da Mulher no Mundo do Homem*, da Editora Globo, de Porto Alegre. Para muitas mulheres, é o livro que fez nossa cabeça nos idos de 70, que nos falou da "vida de cão" que levávamos, do "trabalho de mulher que não tem fim", do cotidiano. "Através do espelho" nos descobrimos "bonecas vivas", prisioneiras de muitos preconceitos. Foi o livro que nos (re)concluiu com um feminismo que não é produto de consumo de luxo mas é a nossa consciência, a nossa revolta "inseparável da criação de uma sociedade na qual ninguém tenha sua vida roubada, e onde as condições da própria produção e reprodução já não sejam distorcidas ou cercadas pela subordinação de sexo, raça e classe". Mais uma vez, "nossa tia da Inglaterra" (ver *Mulherio* n° 3) merece ser ouvida.

Elizabeth Souza Lobo



F.S.P.
18/8/83

Corpo Feminino da Aeronáutica

Serão abertas em 10 de setembro as inscrições ao concurso de admissão ao estógio de adaptação de oficiais do corpo feminino da reserva da Aeronáutica. As candidatas precisam ter diploma de graduação em Enfermagem, Psicologia, Fonoaudiologia, Assistente Social, Analista de Sistema ou de Analista de Organização e Método. Também devem ter no máximo 28 anos em 1º de janeiro de 84, ser solteira e não servir. De acordo com informações em São Paulo, no 4º Comando Aéreo Regional, à avenida Dom Pedro 1º, 100, Cambuci, ou pelo tel. 278-0077, ramal 222, a partir das 13 horas.

Lésbicas X Ferro's

Noite de 19 de agosto, uma sexta-feira fria em São Paulo, as mesas do Ferro's, tradicional reduto de lésbicas, começaram a se encher com uma clientela diferente: ativistas dos direitos civis, feministas, homens que militam no movimento homossexual. Eles tinham sido convidados para garantir a venda do boletim Chanacomchana, do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf). É que, há meses, as militantes do grupo vinham sofrendo agressões quando tentavam vender seu boletim dentro do bar. Elas culminaram no dia 13 de julho com uma tentativa de expulsão do grupo, promovida por um dos donos do bar, sua segurança e um policial militar. A expulsão só não se concretizou porque parte das lésbicas veio em defesa do grupo. O Galf queria acabar de vez com esses problemas e mostrar às lésbicas não-militantes que também podem lutar por seus direitos e liberdade de expressão. Organizou então a manifestação do dia 19 (ver Chanacomchana n° 4, Caixa Postal 62.818, CEP 1.000). Graças ao apoio recebido pelo grupo e à presença da imprensa, ela terminou com a liberação da venda do boletim no Ferro's e com o fortalecimento do Galf entre as lésbicas. Para as integrantes do Galf, essa conquista abriu o espaço para levarem suas idéias: o combate à heterossexualidade institucionalizada, a defesa do lesbianismo enquanto postura política e não simples opção sexual, e a difusão da perspectiva feminista de transformação da sociedade, sobretudo dentro do movimento homossexual masculino.

Feminismo tem nova agência de notícias

A Unidade de Comunicação Alternativa da Mulher do ILET — Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais, com sede no Chile —, acaba de criar a Fempress, agência de notícias feministas que inclui correspondentes em 12 países latino-americanos. Os artigos são publicados mensalmente junto com notícias sobre a mulher publicadas nos vários países, e seu objetivo é dar informação de apoio aos meios feministas de comunicação, assim como aos setores da grande imprensa sensíveis ao assunto.

As pessoas interessadas em receber esse material poderão dirigir-se ao *Mulherio*.



Fecendo nossas cabeças

Esta ilustração af em cima está na capa do livro *Mulheres em Movimento*, recém-editado pelo Instituto de Ação Cultural (IDAC), pela Marco Zero. O livro apresenta um panorama do movimento de mulheres no Brasil, muito maior e mais vivo do que se magina.

QUEM SOMOS

Conselho Editorial — Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleith Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Correa e Ruth Cardoso.

Equipe — Adélia Borges, Inês Castilho e Fúlvia Rosemberg (editoras) Lilita Figueiredo e Micheline Lagnado (edição de arte), Miriam Tanus (secretaria).

Assessoria — Flórisa Verucci (jurídica) e Fátima Jordão (publicitária).

Jornalista Responsável — Adélia Borges, Registro no MTB n° 10.680, S/ESP 4549.

Redação — Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, fone: 211.4511, ramal 247.

COZINHA

Em 85, todas no Brasil

Entre 19 e 22 de julho deste ano, 600 mulheres nos reunimos em Lima, Peru, no II Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, para discutirmos o patriarcado e suas relações com os diversos temas que nos interessam. Reunidas num clube de campo de paisagem bellissima, entre montanhas, árvores e extensos gramados, nos dividimos em grupos de trabalho, os "talleres", para tratarmos de temas como violência, vida cotidiana, comunicação, literatura, etc. Do poder exercido pelo patriarcado passamos à questão do "matriarcado", ou seja, o poder exercido dentro do próprio âmbito do feminismo. Pois, se o encontro foi muito bonito e rico pela possibilidade de intercâmbio de idéias e de encontro com tantas outras feministas com preocupações e atividades semelhantes às nossas, apresentou também aspectos negativos de desorganização e de autoritarismo. E isso acabou sendo objeto de discussão num "mini-taller" improvisado por um grupo de participantes, a partir do qual tentou-se mudar a dinâmica do encontro. O Brasil estava presente com um grupo de 15 mulheres: SOS Violência de Minas e São Paulo, SOS Corpo do Recife, Tribunal Bertha Lutz de São Paulo, o CIM de São Paulo, o grupo Vivência de Florianópolis e o Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, que além do samba que animou o encontro organizou também um "mini-taller" sobre racismo. Ao finalizar o encontro, propusemos que o próximo, em meados de 85, seja feito no Brasil, proposta que foi ovacionada pelas presentes tendo em vista o que significa de rompimento do isolamento entre o Brasil e o restante da América Latina. As providências para que isso aconteça dependem agora de um encontro nacional. Mas, já embaladas com essa possibilidade, despedimo-nos de Lima com muita emoção, ao som de "Maria, Maria".
Silvia Cintra Franco



Juliana Carneiro da Cunha dança "Possesão" no filme "Histerias"

Salada

● Finalmente estréia em várias cidades do país o bellissimo Parahyba Mulher Macho

Em São Paulo, Inês Castilho concluiu Histerias, curta-metragem sobre a busca do amor; Sarah Yakhni começa a montar Os Punks, em que as meninas de um conjunto musical falam que os punks se sentem superiores a elas; e Ellane Bandeira começa a rodar Mulher Índia, entre os tupi-guaranis. Os dois últimos são média-metragens.

● Salvador também já tem o seu Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Endereço: Estrada de São Lázaro, 197, Federação, 40000, Salvador.

● O Pasquim pediu a "marietória" e deu, em seu n° 738, uma ótima entrevista com a atriz Marieta Severo. Na capa deste jornal sempre tão machista, eis Marieta falando: "O feminismo está liberando os homens também".

● A União de Mulheres de São Paulo tem agora novo endereço. Anote: Rua Prof. Frontino Guimarães, 302, Vila Mariana, 04017, São Paulo.

● Os grupos feministas de São Paulo estão se reunindo um domingo por mês, à tarde, na Assembléia Legislativa, para discutir temas como planejamento familiar, saúde etc. O objetivo é rearticular o conjunto do movimento.

● Pela primeira vez em sua história, a Irlanda tem um Ministério para os Assuntos da Mulher e da Família.

● Saiu pela Editora Brasiliense o livro História de Piera, de Dacia Maraini, que serviu de roteiro para o filme de Marco Ferreri. Mulherio recomenda.

Mulherio presta serviços

A equipe de Mulherio está disposta a prestar serviços na área editorial: produção de jornais, folhetos, cadernos, edição de texto e de arte, etc., principalmente na área de mulher.

Esta é a saída que encontramos para a equipe ter recursos até que chegue a resposta positiva de alguma instituição financeira dando verbas para o jornal.

Se você quiser utilizar nossos serviços, nos procure. A partir de 1° de outubro estaremos partilhando a sede da Raiz Produções Cinematográficas, de Assunção e João Batista de Andrade. Endereço: Rua Wisard, 88, Vila Madalena, CEP 05432, fone: 815-8472.



Conselhos tomam posse

Dois Conselhos da Condição Feminina tomaram posse em setembro: o de Minas, no dia 1°, e o de São Paulo, no dia 12. Em SP, participam do Conselho: como representantes da sociedade civil, Eva Blay, Heleleth Saffioti, Maria Malta Campos, Iara Prado, Ruth Cardoso, Zuleika Alambert, Marize Egger, Maria de Lourdes Rodrigues, Lygia Fagundes Telles (titulares); Zulaie Cobra Ribeiro, Elza Berquó, Alda Maria Marco Antonio, Maria Lúcia Amaral, Elizabeth Vargas, Fúlvia Rosemberg, Elizabeth Bello de Araújo, Benedicta Savi, Margareth Martha Arilha (suplentes); Lúcia Dultra Britto, pelo Gabinete Civil; Norma Kyriakos, pela Secretaria da Justiça; Maria Amélia Goldberg, Educação; Marina Réa, Saúde; Maria Ignês Bierrembach, Promoção Social; Therezinha Cleusa Santos Prado, Trabalho; Efigênia Salles Sampaio, Cultura. O Conselho continua com sede na Fundap, à rua Alves Guimarães 429, Pinheiros, e está aberto à participação de todas as interessadas.

Feminilizar a TV

Uma programação marcada pela sensibilidade feminina, além de programas específicos voltados para a mulher — este é um dos pontos do Plano de Ação para a TV Cultura do jornalista Fernando Pacheco Jordão.

Depois de ter seu nome vetado para a diretoria de programação da tevê, novas negociações políticas levam à decisão de examinar o plano de ação de Fernando. Ótima idéia: criado a partir de consultas, só pode mesmo ser aprovado.

De nossa parte, apoio integral a Fernando. Na reunião que manteve com o Conselho da Condição Feminina, ele mostrou que está em paz com as mulheres e coloca seu talento jornalístico a serviço da valorização do feminino em nossa cultura.

Sindicalista assassinada

Margarida Maria Alves, 40 anos, mulher rija e decidida, era presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Dia 12 de agosto foi assassinada cruelmente por um pistoleiro, que fugiu, em seguida, no Opala vermelho placa EX-0690 de Nova Cruz, Rio Grande do Norte.

Há dois anos atrás, quando esteve em São Paulo participando do Encontro Nacional de Creches, ela nos contou um pouco da vida da mulher na Região do Brejo paraibano num depoimento publicado em Mulherio n° 4. E Margarida quem fala:

"É muito triste, é lamentável a situação da mulher rural. A mãe rural, muitas vezes, ela deixa os filhos e vai trabalhar, aí eles ficam em casa arengando com os vizinhos, jogando pedra, brincando de baleeira e jogando até espingarda também, quando os pais, por descuido, deixam ali fácil, e tem até morrido criança com tiro de espingarda. Não é que eles façam aquilo porque quiseram fazer, é justamente porque têm falta de assistência, porque realmente as mães não podem dar assistência aos filhos. Não é porque elas não queiram. É porque não podem, quer dizer, ela não quer ver o menino morrer de fome, então ela vai, às vezes, ganhar um diazinho de serviço com uma pessoa mais melhorzinha, como seja aqueles que têm mais condições de vida, e outras vão para o grande latifundiário."

Margarida morreu em meio a uma campanha movida por 32 sindicatos da região e que reivindicava exatamente o cumprimento desses direitos básicos do trabalhador rural: registro em carteira, 13° salário, férias anuais, jornada de trabalho de oito horas e destinação de dois hectares de terra para a produção de alimentos.



Para que este crime não fique impune, telegrafe ou escreva ao governador da Paraíba, Wilson Braga, exigindo todo rigor nas investigações para identificar os responsáveis pelo assassinato.